

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	747.759.759
Preferenciais	0
Total	747.759.759
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.374.271	2.428.289
1.01	Ativo Circulante	90.761	97.895
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.794	25.136
1.01.02	Aplicações Financeiras	27.804	25.214
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27.804	25.214
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	12.090	5.911
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	15.714	19.303
1.01.03	Contas a Receber	42.806	39.592
1.01.03.01	Clientes	42.794	39.592
1.01.03.01.01	Contas a Receber	42.794	39.592
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12	0
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	12	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.126	4.673
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.126	4.673
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.807	999
1.01.06.01.02	Antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre lucros	1.319	3.674
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.055	3.146
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.055	3.146
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	176	134
1.01.08.03	Outros	176	134
1.01.08.03.02	Outros Créditos	176	134
1.02	Ativo Não Circulante	2.283.510	2.330.394
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	130.763	130.946
1.02.01.04	Contas a Receber	1.310	1.315
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.310	1.315
1.02.01.07	Tributos Diferidos	126.435	126.435
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	126.435	126.435
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.804	2.964
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	214	232
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	214	232
1.02.03	Imobilizado	25.310	23.922
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.985	2.354
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	23.325	21.568
1.02.04	Intangível	2.127.437	2.175.526
1.02.04.01	Intangíveis	2.127.437	2.175.526
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.105.013	2.156.417
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	22.424	19.109

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.374.271	2.428.289
2.01	Passivo Circulante	274.626	282.498
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.651	4.665
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.651	4.665
2.01.02	Fornecedores	21.997	34.265
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.997	34.265
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.956	9.767
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.956	9.767
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	9.956	9.767
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	176.363	165.715
2.01.04.02	Debêntures	176.363	165.715
2.01.05	Outras Obrigações	40.056	42.360
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.778	10.102
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	8.778	10.102
2.01.05.02	Outros	31.278	32.258
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	8.870	9.226
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	8.598	7.924
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.860	1.782
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	11.950	13.326
2.01.06	Provisões	21.603	25.726
2.01.06.02	Outras Provisões	21.603	25.726
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	20.204	24.327
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	1.399	1.399
2.02	Passivo Não Circulante	1.591.513	1.639.673
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.543.121	1.593.445
2.02.01.02	Debêntures	1.543.121	1.593.445
2.02.02	Outras Obrigações	12.377	8.957
2.02.02.02	Outros	12.377	8.957
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	12.377	8.957
2.02.04	Provisões	36.015	37.271
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.181	2.730
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	2.181	2.730
2.02.04.02	Outras Provisões	33.834	34.541
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	33.834	34.541
2.03	Patrimônio Líquido	508.132	506.118
2.03.01	Capital Social Realizado	976.785	976.785
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-468.653	-470.667

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	211.117	419.993	204.980	400.026
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	168.337	335.153	158.447	309.952
3.01.02	Receita de serviços de construção	42.780	84.840	46.533	90.074
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-151.010	-297.959	-150.405	-303.038
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-108.230	-213.119	-103.872	-212.964
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-42.780	-84.840	-46.533	-90.074
3.03	Resultado Bruto	60.107	122.034	54.575	96.988
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.332	-16.717	-9.033	-15.743
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.876	-20.292	-9.269	-16.397
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-9.765	-20.070	-9.158	-15.731
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	-111	-222	-111	-666
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.544	3.575	236	654
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.775	105.317	45.542	81.245
3.06	Resultado Financeiro	-40.038	-102.792	-42.057	-99.541
3.06.01	Receitas Financeiras	3.929	6.084	2.748	4.241
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.929	6.084	2.748	4.241
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.967	-108.876	-44.805	-103.782
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-43.967	-108.868	-44.805	-103.782
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	-8	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.737	2.525	3.485	-18.296
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-511	-511	-26	-26
3.08.01	Corrente	-511	-511	-26	-26
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.226	2.014	3.459	-18.322
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.226	2.014	3.459	-18.322
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0164	0,0027	0,0046	-0,0245

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0164	0,0027	0,0046	-0,0245

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	12.226	2.014	3.459	-18.322
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.226	2.014	3.459	-18.322

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	79.734	152.066
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	261.685	237.851
6.01.01.01	Lucro líquido do período	2.014	-18.322
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	143.495	136.870
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	222	666
6.01.01.05	Baixa de ativos por direito de uso	122	0
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-4.756	-2.329
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	100.874	95.853
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	3.497	3.598
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	4.290	3.186
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	46	23
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	11.881	18.306
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-181.951	-85.785
6.01.02.01	Contas a receber	-3.419	-6.778
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-12	205
6.01.02.04	Despesas antecipadas	2.251	2.076
6.01.02.05	Impostos a recuperar	4.337	2.220
6.01.02.06	Outros créditos	-42	12
6.01.02.07	Depósitos judiciais	18	-29
6.01.02.09	Fornecedores	-19.043	-12.485
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-1.499	-1.161
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	50	1.043
6.01.02.12	Obrigações sociais	-14	-226
6.01.02.13	Obrigações fiscais	2.190	-4.898
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.765	0
6.01.02.15	Taxa de fiscalização	78	72
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-4.885	-3.909
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-18.753	-9.371
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	3.360	3.377
6.01.02.19	Pagamento de juros	-145.477	-60.393
6.01.02.20	Outras contas a pagar	674	4.460
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-81.510	-81.464
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-6	0
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-80.880	-78.437
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-136.186	-109.640
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	141.741	111.394
6.02.10	Aplicação Financeira	-6.179	-4.781
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.566	-79.885
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-7.566	-7.448
6.03.15	Pagamentos Debêntures - principal	0	-72.437
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.342	-9.283
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.136	22.935
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.794	13.652

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	976.785	0	0	-470.667	0	506.118
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	976.785	0	0	-470.667	0	506.118
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.014	0	2.014
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.014	0	2.014
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	976.785	0	0	-468.653	0	508.132

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	976.785	0	0	-340.122	0	636.663
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	976.785	0	0	-340.122	0	636.663
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.322	0	-18.322
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.322	0	-18.322
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	976.785	0	0	-358.444	0	618.341

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	457.179	432.869
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	361.508	333.696
7.01.02	Outras Receitas	95.671	99.173
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	84.840	90.074
7.01.02.02	Outras receitas	9.264	6.136
7.01.02.03	Juros Capitalizados	1.567	2.963
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-148.061	-157.513
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.993	-18.739
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.666	-11.908
7.02.04	Outros	-118.402	-126.866
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-84.840	-90.074
7.02.04.02	Custo da Concessão	-14.403	-13.162
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-11.881	-18.306
7.02.04.04	Outros	-7.278	-5.324
7.03	Valor Adicionado Bruto	309.118	275.356
7.04	Retenções	-143.495	-136.870
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-143.495	-136.870
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	165.623	138.486
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.076	4.241
7.06.02	Receitas Financeiras	6.084	4.241
7.06.03	Outros	-8	0
7.06.03.04	Outros	-8	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	171.699	142.727
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	171.699	142.727
7.08.01	Pessoal	27.529	25.047
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.688	18.997
7.08.01.02	Benefícios	5.313	4.767
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.528	1.283
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.458	29.295
7.08.02.01	Federais	14.312	12.581
7.08.02.02	Estaduais	20	1
7.08.02.03	Municipais	18.126	16.713
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	109.698	106.707
7.08.03.01	Juros	100.874	95.853
7.08.03.02	Aluguéis	-311	144
7.08.03.03	Outras	9.135	10.710
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	1.567	2.963
7.08.03.03.04	Outras	7.568	7.747
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.014	-18.322
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.014	-18.322

Comentário do Desempenho

RELEASE DE RESULTADOS 2T25

Comentário do Desempenho



Registro, 14 de agosto de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. (“Companhia” ou “Régis Bittencourt”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao segundo trimestre de 2025 (“2T25”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”) sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

INTRODUÇÃO

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Companhia” ou “Régis Bittencourt”), concessionária controlada integralmente pela Arteris S.A., é responsável, desde 2008, pela operação de 396,6 km da rodovia BR-116, no trecho que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR). A concessão, obtida em leilão realizado em outubro de 2007 e com vigência até 2033, abrange 6 praças de pedágio e atravessa 17 municípios nos estados de São Paulo e Paraná, atendendo a uma população significativa e a importantes polos logísticos e industriais. A rodovia, considerada um dos principais corredores de integração entre as regiões Sudeste e Sul do Brasil, também desempenha papel estratégico na conexão com países do Mercosul. O tráfego na malha é intensamente composto por veículos pesados (cerca de 79%), refletindo sua relevância no transporte de cargas. Entre as principais obras realizadas, destaca-se a duplicação da Serra do Cafezal, concluída em 2017, além de melhorias contínuas como a entrega de trevos em desnível e intervenções em pontos críticos. A Companhia presta serviços essenciais aos mais de 150 mil usuários diários, incluindo atendimento médico e mecânico 24 horas, e atua sob regulação da ANTT, com investimentos voltados à ampliação, modernização e segurança da rodovia.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **3,9%** no tráfego no 2T25, com **44,3 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **85,8%** do tráfego representado por veículos pesados e **14,2%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 181,6 milhões** no 2T25, com crescimento de **6,5%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 132,5 milhões** no 2T25, acréscimo de **9,4%**, com uma margem de **78,7%**.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Total	44.286	42.635	3,9%	88.168	83.751	5,3%
Leves	6.297	6.034	4,4%	13.208	13.150	0,4%
Pesados	37.989	36.602	3,8%	74.959	70.601	6,2%

No 2T25, a Régis Bittencourt registrou 44,3 milhões de veículos equivalentes, crescimento de 3,9% em relação ao 2T24. O desempenho foi impulsionado por aumentos de 4,4% no tráfego de veículos leves, favorecido por feriados prolongados como 1º de maio e Corpus Christi, e de 3,8% nos veículos pesados, refletindo o avanço das exportações do setor avícola e o início da cobrança do eixo suspenso (MDF-e) a partir de maio/24. O *mix* de tráfego no trimestre manteve-se concentrado em veículos pesados, que representaram 85,8% do total, reforçando o papel estratégico da rodovia no escoamento de cargas entre os principais polos econômicos do Sul e Sudeste do país.

No acumulado do 1S25, o tráfego totalizou 88,2 milhões de veículos equivalentes, alta de 5,3% frente ao 1S24. O segmento de pesados apresentou incremento de 4,4 milhões de veículos (+6,2%), impulsionado pela atividade industrial. O tráfego leve cresceu 0,4%, sustentado por datas com maior potencial de deslocamento.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Tarifa Média	4,10	4,00	2,5%	4,10	3,98	2,9%

A tarifa média no 2T25 foi de R\$ 4,10, representando alta de 2,5% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, a tarifa manteve-se em R\$ 4,10, com crescimento de 2,9% frente ao mesmo período do ano anterior.

A variação reflete o reajuste tarifário aplicado em dezembro/24, conforme previsto no contrato de concessão, com base na variação do IPCA acumulado. O reajuste anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Receita Bruta	227.345	219.905	3,4%	452.037	429.251	5,3%
Receitas de pedágio	181.584	170.556	6,5%	361.508	333.696	8,3%
Receitas de construção	42.780	46.533	(8,1%)	84.840	90.074	(5,8%)
Outras Receitas	2.981	2.816	5,9%	5.689	5.481	3,8%
Deduções	(16.228)	(14.925)	8,7%	(32.044)	(29.225)	9,6%
Receita Operacional Líquida	211.117	204.980	3,0%	419.993	400.026	5,0%
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	168.337	158.447	6,2%	335.153	309.952	8,1%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio totalizou R\$ 181,6 milhões no 2T25, crescimento de 6,5% em relação ao 2T24, impulsionada principalmente pelos reajustes tarifários contratuais e pela evolução do tráfego.

No acumulado do 1S25, a receita atingiu R\$ 361,5 milhões, alta de 8,3% frente ao mesmo período do ano anterior.

Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 42,8 milhões no 2T25, redução de 8,1% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 84,8 milhões, queda de 5,8% frente ao mesmo período do ano anterior.

Essa linha representa exclusivamente um ajuste contábil, sem impacto direto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 3,0 milhões no 2T25, crescimento de 5,9% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, somaram R\$ 5,7 milhões, alta de 3,8% frente ao mesmo período do ano anterior.

A variação reflete reajustes contratuais e maior realização de receitas com a exploração de cabos ópticos e metálicos ao longo da rodovia.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(35.854)	(37.302)	(3,9%)	(74.460)	(73.531)	1,3%
Pessoal	(14.322)	(13.245)	8,1%	(27.529)	(25.048)	9,9%
Conservação	(2.611)	(2.510)	4,0%	(5.723)	(5.684)	0,7%
Serviços de terceiros	(6.774)	(7.674)	(11,7%)	(13.508)	(15.944)	(15,3%)
Seguros e garantias	(1.331)	(1.263)	5,4%	(2.668)	(2.530)	5,5%
Verba de fiscalização	(5.582)	(5.322)	4,9%	(11.163)	(10.644)	4,9%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(1.619)	(1.129)	43,4%	(3.225)	(2.481)	30,0%
Outros	(3.615)	(6.159)	(41,3%)	(10.644)	(11.200)	(5,0%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(122.488)	(122.136)	0,3%	(240.216)	(245.250)	(2,1%)
Custo dos serviços de construção	(42.780)	(46.533)	(8,1%)	(84.840)	(90.074)	(5,8%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(7.557)	(6.268)	20,6%	(11.881)	(18.306)	(35,1%)
Depreciação e amortização	(72.151)	(69.335)	4,1%	(143.495)	(136.870)	4,8%
Custos e Despesas Operacionais	(158.342)	(159.438)	(0,7%)	(314.676)	(318.781)	(1,3%)

No 2T25, os custos e despesas operacionais da Régis Bittencourt totalizaram R\$ 158,3 milhões, redução de 0,7% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 314,7 milhões, queda de 1,3% frente ao mesmo período do ano anterior. A retração reflete, principalmente, a menor contabilização do custo dos serviços de construção — item contábil sem efeito caixa que se contrapõe à linha de Receita de Construção.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa — como custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização — os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 35,9 milhões no 2T25, redução de 3,9% em relação ao 2T24. No semestre, o total foi de R\$ 74,5 milhões, alta de 1,3% frente ao 1S24.

As principais variações foram:

- Pessoal: aumento de 8,1%, totalizando R\$ 14,3 milhões, impulsionado por reajustes salariais e reforço de equipes operacionais.
- Serviços de terceiros: retração de 11,7%, refletindo a revisão de contratos e maior eficiência na execução de serviços.
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: crescimento de 43,4%, influenciado pelo aumento de processos trabalhistas registrados.
- Outros: queda de 41,3% devido a reconhecimento não recorrente proveniente de acordo extrajudicial com empresa de infraestrutura referente a utilização de rede de fibra ótica.

A Companhia mantém foco na disciplina de custos e na eficiência operacional, assegurando a continuidade dos serviços com qualidade e segurança.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	12.226	3.459	253,5%	2.014	(18.322)	(111,0%)
(+) Depreciação e Amortização	72.151	69.335	4,1%	143.495	136.870	4,8%
(+) Resultado Financeiro	40.038	42.057	(4,8%)	102.792	99.541	3,3%
(+) IR e CSLL	511	26	1865,4%	511	26	1.865,4%
EBITDA¹	124.926	114.877	8,7%	248.812	218.115	14,1%
Margem EBITDA ²	74,2%	72,5%	1,7 p.p.	74,2%	70,4%	3,9 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	7.557	6.268	20,6%	11.881	18.306	(35,1%)
EBITDA Ajustado³	132.483	121.145	9,4%	260.693	236.421	10,3%
Margem EBITDA Ajustada ²	78,7%	76,5%	2,2 p.p.	77,8%	76,3%	1,5 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

No 2T25, o EBITDA da Régis Bittencourt totalizou R\$ 124,9 milhões, crescimento de 8,7% em relação ao 2T24, com margem EBITDA de 74,2%. No acumulado do 1S25, o EBITDA alcançou R\$ 248,8 milhões, alta de 14,1% frente ao mesmo período do ano anterior, refletindo o aumento da receita e o controle de custos operacionais.

O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos não caixa como provisões para manutenção, somou R\$ 132,5 milhões no 2T25, avanço de 9,4% na comparação anual, com margem ajustada de 78,7%. No semestre, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 260,7 milhões, crescimento de 10,3% em relação ao 1S24, com margem de 77,8%.

A evolução do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e disciplina na gestão de custos, reforçando a capacidade da Companhia de geração de caixa operacional.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Depreciação e Amortização	72.151	69.335	4,1%	143.495	136.870	4,8%

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$ 72,2 milhões no 2T25, crescimento de 4,1% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 143,5 milhões, alta de 4,8% frente ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete a atualização do ativo intangível e o avanço dos investimentos realizados ao longo da concessão.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Financeiro	(40.038)	(42.057)	(4,8%)	(102.792)	(99.541)	3,3%
Receitas financeiras	3.929	2.748	43,0%	6.084	4.241	43,5%
Despesas financeiras	(43.967)	(44.805)	(1,9%)	(108.868)	(103.782)	4,9%
Variação cambial, líq.	-	-	-	(8)	-	-

O resultado financeiro da Régis Bittencourt foi uma despesa líquida de R\$ 40,0 milhões no 2T25, redução de 4,8% em relação ao 2T24, refletindo maior receita financeira no período. No acumulado do 1S25, a despesa financeira líquida somou R\$ 102,8 milhões, aumento de 3,3% frente ao 1S24.

As receitas financeiras cresceram 43,0% no trimestre, totalizando R\$ 3,9 milhões, impulsionadas por maiores saldos de caixa e rendimentos sobre aplicações. As despesas financeiras, por sua vez, recuaram 1,9% no 2T25, somando R\$ 44,0 milhões, enquanto no semestre apresentaram alta de 4,9%, totalizando R\$ 108,9 milhões.

IR e CSLL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
IR e CSLL	(511)	(26)	1865,4%	(511)	(26)	1.865,4%
Corrente	(511)	(26)	1865,4%	(511)	(26)	1.865,4%
Diferido	-	-	-	-	-	-

No 2T25, a Companhia registrou despesa de IR e CSLL corrente de R\$ 0,5 milhão, frente a R\$ 26 mil no 2T24. O valor reflete a apuração fiscal do período. Não houve efeitos de IR/CSLL diferido no trimestre.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Líquido	12.226	3.459	253,5%	2.014	(18.322)	(111,0%)

O resultado líquido da Régis Bittencourt foi de R\$ 12,2 milhões no 2T25, incremento de R\$ 8,8 milhões em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o lucro líquido foi de R\$ 2,0 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 18,3 milhões registrado no mesmo período do ano anterior — uma variação positiva de R\$ 20,3 milhões.

A melhora do resultado reflete, principalmente, o crescimento da receita com pedágio, impulsionado por reajustes tarifários e aumento de tráfego, além da disciplina na gestão de custos operacionais.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

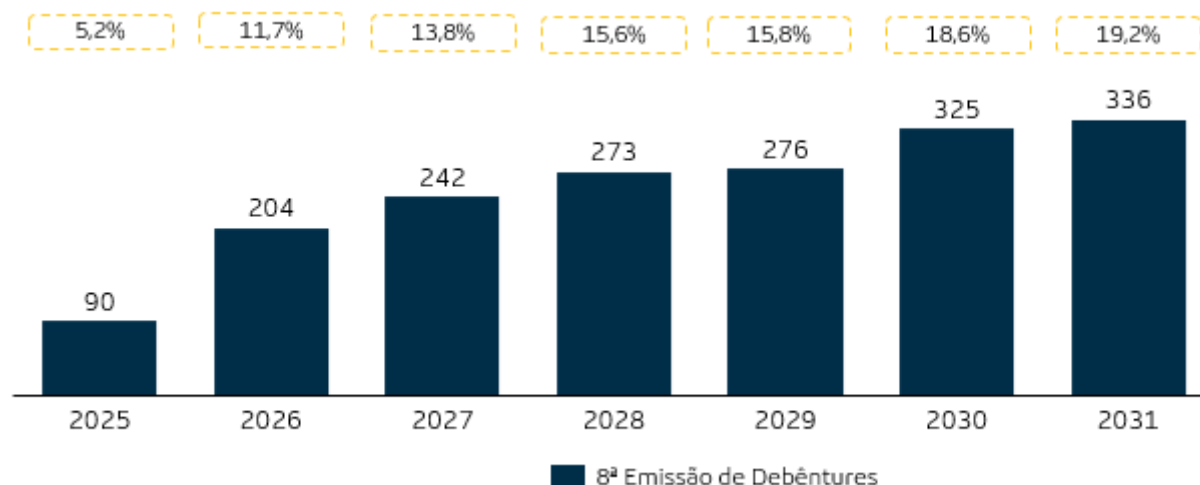
R\$ mil	2T25	1T25	Δ%
Dívida Bruta	1.719.484	1.822.625	(5,7%)
Curto Prazo	176.363	198.821	(11,3%)
Longo Prazo	1.543.121	1.623.804	(5,0%)
Posição de Caixa	43.598	88.568	(50,8%)
Caixa e equivalentes de caixa	27.884	2.526	1.003,9%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	15.714	86.042	(81,7%)
Dívida Líquida	1.675.886	1.734.057	(3,4%)

1: Curto e Longo Prazo

Ao final do 2T25, a dívida bruta da Régis Bittencourt totalizou R\$ 1.719,5 milhões, redução de 5,7% em relação ao 1T25, refletindo o início do cronograma de amortização contratual. A dívida de curto prazo somou R\$ 176,4 milhões, enquanto o saldo de longo prazo foi de R\$ 1.543,1 milhões.

A posição de caixa encerrou o trimestre em R\$ 43,6 milhões, impactada pela redução nas aplicações financeiras vinculadas, que passaram de R\$ 86,0 milhões no 1T25 para R\$ 15,7 milhões no 2T25. Já o saldo de caixa e equivalentes aumentou significativamente, de R\$ 2,5 milhões para R\$ 27,9 milhões.

A dívida líquida totalizou R\$ 1.675,9 milhões, queda de 3,4% em relação ao trimestre anterior, refletindo a amortização da dívida e a gestão ativa da posição de caixa.

Aging da Dívida – junho de 2025

No 2T25, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 8ª Emissão de Debêntures.

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Investimentos	44.583	43.153	3,3%	107.627	87.606	22,9%

No 2T25, os investimentos da Régis Bittencourt totalizaram R\$ 44,6 milhões, crescimento de 3,3% em relação ao 2T24, impulsionados principalmente pela execução de obras de manutenção de pavimento.

No acumulado do 1S25, os investimentos somaram R\$ 107,6 milhões, alta de 22,9% frente ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete o avanço nas ações de manutenção e a execução de etapas relacionadas a processos de desapropriação.

Os investimentos seguem alinhados às obrigações contratuais e ao compromisso da Companhia com a segurança viária e a qualidade da infraestrutura.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	1.745.895
Recuperações/Manutenções	279.720
Total	2.025.615

*Base Monetária: junho/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 30 de junho de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Régis Bittencourt S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2025

Registro, 14 de agosto de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	227.345	219.905	3,4%	452.037	429.251	5,3%
Receitas de pedágio	181.584	170.556	6,5%	361.508	333.696	8,3%
Receitas de obras	42.780	46.533	(8,1%)	84.840	90.074	(5,8%)
Outras Receitas	2.981	2.816	5,9%	5.689	5.481	3,8%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(16.228)	(14.925)	8,7%	(32.044)	(29.225)	9,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	211.117	204.980	3,0%	419.993	400.026	5,0%
CUSTOS E DESPESAS	(86.191)	(90.103)	(4,3%)	(171.181)	(181.911)	(5,9%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(28.880)	(28.471)	1,4%	(58.470)	(58.173)	0,5%
Custo dos serv. de construção	(42.780)	(46.533)	(8,1%)	(84.840)	(90.074)	(5,8%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(9.518)	(9.067)	5,0%	(19.565)	(16.012)	22,2%
Provisão para manutenção em rodovias	(7.557)	(6.268)	20,6%	(11.881)	(18.306)	(35,1%)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.544	236	978,0%	3.575	654	446,6%
EBITDA	124.926	114.877	8,7%	248.812	218.115	14,1%
Margem EBITDA	74,2%	72,5%	1,7 p.p.	74,2%	70,4%	3,9 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(72.151)	(69.335)	4,1%	(143.495)	(136.870)	4,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(40.038)	(42.057)	(4,8%)	(102.792)	(99.541)	3,3%
Receitas financeiras	3.929	2.748	43,0%	6.084	4.241	43,5%
Despesas financeiras	(43.967)	(44.805)	(1,9%)	(108.868)	(103.782)	4,9%
Variação cambial, líq.	-	-	-	(8)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	12.737	3.485	265,5%	2.525	(18.296)	(113,8%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(511)	(26)	1865,4%	(511)	(26)	1865,4%
Corrente	(511)	(26)	1865,4%	(511)	(26)	1865,4%
Diferido	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	12.226	3.459	253,5%	2.014	(18.322)	(111,0%)

Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	2T25	1T25	Δ%
ATIVO	2.374.271	2.455.883	(3,3%)
CIRCULANTE	90.761	144.411	(37,2%)
Caixa e equivalentes de caixa	15.794	2.526	809,3%
Aplicações Financeiras	12.090	-	-
Contas a receber	42.794	46.000	(7,0%)
Despesas antecipadas	1.055	2.179	(51,6%)
Impostos a recuperar	1.807	5.669	(68,1%)
Antecipação de IR e CS sobre lucros	1.319	1.830	(27,9%)
Adiantamentos a Fornecedores	-	6	(100,0%)
Aplicações financeiras vinculadas	15.714	86.042	(81,7%)
Outros créditos	176	159	10,7%
NÃO CIRCULANTE	2.283.510	2.311.472	(1,2%)
Despesas antecipadas	2.804	2.836	(1,1%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126.435	126.435	0,0%
Depósitos judiciais	214	223	(4,0%)
Outras contas a receber	1.310	1.308	0,2%
Direito de uso (IFRS 16)	23.325	27.271	(14,5%)
Imobilizado	1.985	2.159	(8,1%)
Intangível	2.127.437	2.151.240	(1,1%)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.374.271	2.455.883	(3,3%)
CIRCULANTE	274.626	285.062	(3,7%)
Debêntures	176.363	198.821	(11,3%)
Fornecedores	21.997	12.967	69,6%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	11.950	13.116	(8,9%)
Obrigações sociais	4.651	5.328	(12,7%)
Obrigações fiscais	9.956	9.827	1,3%
Contar a pagar - partes relacionadas	8.778	1.792	389,8%
Cauções contratuais	8.870	9.326	(4,9%)
Taxa de fiscalização	1.860	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	20.204	23.396	(13,6%)
Provisão para investimentos em rodovias	1.399	1.399	0,0%
Outras contas a pagar	8.598	9.090	(5,4%)
NÃO CIRCULANTE	1.591.513	1.674.915	(5,0%)
Debêntures	1.543.121	1.623.804	(5,0%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	12.377	15.027	(17,6%)
Provisão para manutenção em rodovias	33.834	32.566	3,9%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.181	3.518	(38,0%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	508.132	495.906	2,5%
Capital social	976.785	976.785	0,0%
Reserva legal	(470.667)	(470.667)	0,0%
Reserva de lucros	2.014	(10.212)	(119,7%)

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 30 de junho de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade” ou “Régis Bittencourt”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Autopista Régis Bittencourt S.A. tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas proporções, gerando uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$101.961 (efeito não caixa) foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível, conforme nota explicativa nº 11.

Para o período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida. A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2025, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

Termos de Ajuste de Conduta - TAC com ANTT

No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

O valor de referência do TAC Multas é de R\$373.202, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacam-se a realização de ruas laterais, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, correção de traçados, entre outras obras que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC.

À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não

Notas Explicativas

exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 30 de junho de 2025, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

No trimestre de 1 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025 (“trimestre”), e no período de 1 de janeiro de 2025 a 30 de junho de 2025 (“período”), não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais *IAS 34 Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis

Notas Explicativas

- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Caixa e contas bancárias	3.830	2.569
Aplicações financeiras (a)	11.964	22.567
Total	15.794	25.136

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fundos de investimentos (b)	12.090	5.911
Total	12.090	5.911

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,95% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,74% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em NTN-Over, LFT-Over e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	41.074	-	36.457	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	664	-
Cartões de pedágio a receber (b)	28	-	69	-
Receitas acessórias a receber (c)	2.799	1.310	3.288	1.315
Outras receitas a receber	2	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (d)	(1.109)	-	(887)	-
Total	42.794	1.310	39.592	1.315

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

(d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

	<u>30.06.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Créditos a vencer	42.023	1.310	39.569	1.315
Créditos vencidos até 60 dias	96	-	13	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	59	-	10	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	616	-	-	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	1.109	-	887	-
Total	43.903	1.310	40.479	1.315

A Sociedade avalia o risco de inadimplência das contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisam individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.737	2.525	3.485	(18.296)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(4.331)	(859)	(1.185)	6.221
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	201	113	(58)	(122)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	3.619	235	1.217	(6.125)
Total	(511)	(511)	(26)	(26)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(511)	(511)	(26)	(26)
Diferido	-	-	-	-
	(511)	(511)	(26)	(26)
Alíquota efetiva de impostos	(4%)	(20%)	(1%)	0%

(*) Composição das bases de cálculo dos impostos demonstrada na tabela item 7.b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2025	31.12.2024
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	563.920	564.617
Provisão de participação nos lucros	710	1.477
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	2.181	2.730
Outras provisões	3.659	409
Provisão para manutenção de rodovias	54.038	58.868
Amortização acumulada de obras futuras	817	774
Valor Recuperável de Intangível - Impairment	106.003	112.410
Arrendamentos	1.001	715
Provisão para perdas esperadas	1.109	887
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(20)	(19)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	733.452	742.902
Alíquota nominal	34%	34%
Total	249.374	252.587
Diferenças temporárias passivas		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	183.940	175.181
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(134.889)	(143.648)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(45.862)	(48.840)
Total do imposto de renda e contribuição social	203.512	203.747
Impostos diferidos não constituídos	77.077	77.312
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	126.435	126.435

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base

Notas Explicativas

negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT).

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal e base negativa	(7.898)	(697)	(6.516)	(49)
Provisão de participação nos lucros	(1.157)	(767)	(665)	(786)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.337)	(549)	(999)	(700)
Outras provisões	489	3.250	(937)	(318)
Provisão para manutenção de rodovias	(1.924)	(4.830)	1.167	11.043
Amortização acumulada de obras futuras	21	43	21	43
Valor Recuperável de Intangível - <i>Impairment</i>	(3.457)	(6.407)	(320)	(640)
Arrendamentos	129	286	179	442
Provisão para perdas esperadas	111	222	111	222
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.380	8.759	4.380	8.760
Amortização estorno de capitalização de juros	(1)	(1)	(1)	(3)
Base de cálculo diferenças temporárias	(10.644)	(691)	(3.580)	18.014
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	(3.619)	(235)	(1.217)	6.125
Composição dos impostos:				
Impostos diferidos não constituídos	(3.619)	(235)	(1.217)	6.125
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	-	-	-
	(3.619)	(235)	(1.217)	6.125

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2025	4.856
2026	11.956
2027	14.248
2028	10.948
Após 2028	84.427
	126.435

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 30 de junho de 2025, o saldo é de R\$15.714 (R\$19.303 em 31 de dezembro de 2024), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 101,85% a.a. para 30 de junho de 2025 (104,24% em 31 de dezembro de 2024) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	20.006	4.613	4.974	8.827	39	3.505	41.964
Remensurações	-	-	-	71	1	-	72
Adições	-	9.576	-	-	-	-	9.576
Transferências/reclassificações	-	-	-	5.924	-	-	5.924
Baixas	-	(4.613)	-	-	-	-	(4.613)
Saldo em 30.06.2025	20.006	9.576	4.974	14.822	40	3.505	52.923
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(16.299)	(4.368)	(1.632)	3.165	(31)	(1.231)	(20.396)
Amortização	(2.224)	(732)	(721)	(3.945)	(8)	(139)	(7.769)
Transferências/reclassificações	-	-	-	(5.924)	-	-	(5.924)
Baixas	-	4.491	-	-	-	-	4.491
Saldo em 30.06.2025	(18.523)	(609)	(2.353)	(6.704)	(39)	(1.370)	(29.598)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	3.707	245	3.342	11.992	8	2.274	21.568
Saldo em 30.06.2025	1.483	8.967	2.621	8.118	1	2.135	23.325
Taxas de amortização - a.a.	20%	16%	19%	43%	41%	10%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2023	20.006	4.193	861	17.810	22	3.426	46.318
Remensurações	-	-	230	195	4	-	429
Saldo em 30.06.2024	20.006	4.193	1.091	18.005	26	3.426	46.747
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2023	(11.851)	(2.856)	(958)	(528)	(15)	(953)	(17.161)
Amortização	(2.224)	(782)	(189)	(4.547)	(8)	(139)	(7.889)
Saldo em 30.06.2024	(14.075)	(3.638)	(1.147)	(5.075)	(23)	(1.092)	(25.050)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2023	8.155	1.337	(97)	17.282	7	2.473	29.157
Saldo em 30.06.2024	5.931	555	(56)	12.930	3	2.334	21.697
Taxas de amortização - a.a.	22%	37%	35%	51%	50%	8%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Adições	6	-	-	-	-	6
Saldo em 30.06.2025	1.217	3.441	1.807	1.177	4.480	12.122
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.042)	(2.909)	(970)	(1.163)	(3.678)	(9.762)
Depreciação	(25)	(126)	(87)	(14)	(123)	(375)
Saldo em 30.06.2025	(1.067)	(3.035)	(1.057)	(1.177)	(3.801)	(10.137)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	169	532	837	14	802	2.354
Saldo em 30.06.2025	150	406	750	-	679	1.985
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	17%	10%	10%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Adições	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2024	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(985)	(2.574)	(796)	(1.058)	(3.394)	(8.807)
Depreciação	(29)	(194)	(88)	(57)	(153)	(521)
Saldo em 30.06.2024	(1.014)	(2.768)	(884)	(1.115)	(3.547)	(9.328)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	226	867	1.011	119	1.086	3.309
Saldo em 30.06.2024	197	673	923	62	933	2.788
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	18%	11%	10%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2024	4.185.166	(113.690)	10.727	700	4.082.903	19.109	4.102.012
Adições	77.755	-	856	-	78.611	8.651	87.262
Transferências/reclassificações	5.336	-	-	-	5.336	(5.336)	-
Saldo em 30.06.2025	4.268.257	(113.690)	11.583	700	4.166.850	22.424	4.189.274
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(1.920.871)	1.280	(6.895)	-	(1.926.486)	-	(1.926.486)
Amortização	(140.792)	-	(966)	-	(141.758)	-	(141.758)
Redução ao valor recuperável (e)	-	6.407	-	-	6.407	-	6.407
Saldo em 30.06.2025	(2.061.663)	7.687	(7.861)	-	(2.061.837)	-	(2.061.837)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	2.264.295	(112.410)	3.832	700	2.156.417	19.109	2.175.526
Saldo em 30.06.2025	2.206.594	(106.003)	3.722	700	2.105.013	22.424	2.127.437
Taxas de amortização - a.a. (d)	6%	12%	39%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2023	3.965.160	(11.729)	8.433	702	3.962.566	62.147	4.024.713
Adições	65.786	-	884	-	66.670	27.250	93.920
Transferências/reclassificações	53.693	-	(4)	(2)	53.687	(53.687)	-
Saldo em 30.06.2024	<u>4.084.639</u>	<u>(11.729)</u>	<u>9.313</u>	<u>700</u>	<u>4.082.923</u>	<u>35.710</u>	<u>4.118.633</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(1.655.076)	-	(5.228)	-	(1.660.304)	-	(1.660.304)
Amortização	(128.308)	-	(792)	-	(129.100)	-	(129.100)
Redução ao valor recuperável (e)	-	640	-	-	640	-	640
Saldo em 30.06.2024	<u>(1.783.384)</u>	<u>640</u>	<u>(6.020)</u>	<u>-</u>	<u>(1.788.764)</u>	<u>-</u>	<u>(1.788.764)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	2.310.084	(11.729)	3.205	702	2.302.262	62.147	2.364.409
Saldo em 30.06.2024	2.301.255	(11.089)	3.293	700	2.294.159	35.710	2.329.869
Taxas de amortização - a.a. (d)	6%	6%	36%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*)

(c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(d) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

(e) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo de concessão.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$1.567 (R\$2.963 em 30 de junho de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2025 foi de 0,17% a.a. e em 2024 0,32% a.a., do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2024 de acordo com os requisitos do CPC 01.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro da provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$101.961 em 31 de dezembro de 2024.

Para fins de 30 de junho de 2025, a Administração da Sociedade avaliou se havia alguma indicação de que os ativos pudessem ter sofrido desvalorização e, concluiu que não há nenhum fator que indicasse que há necessidade de preparação de um novo teste no trimestre.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.06.2025	31.12.2024
8ª emissão - 1ª série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.389.987	1.367.070
8ª emissão - 2ª série	700.000	CDI +0,86% a.a.	jun-27	356.571	422.524
				1.746.558	1.789.594
			Custo de transação	(27.074)	(30.434)
			Total	1.719.484	1.759.160
			Circulante	176.363	165.715
			Não circulante	1.543.121	1.593.445
			Total	1.719.484	1.759.160

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	172.491	1.617.103	1.789.594	148.045	1.721.280	1.869.325
Juros e variações monetárias provisionados	58.799	43.642	102.441	59.996	38.820	98.816
Amortização de principal	-	-	-	(72.437)	-	(72.437)
Pagamento de juros	(145.477)	-	(145.477)	(60.393)	-	(60.393)
Transferências	97.326	(97.326)	-	84.239	(84.239)	-
	183.139	1.563.419	1.746.558	159.450	1.675.861	1.835.311
Custo de transação	(6.776)	(20.298)	(27.074)	(6.776)	(27.074)	(33.850)
Saldo final	176.363	1.543.121	1.719.484	152.674	1.648.787	1.801.461

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª emissão - 1ª série	19.11.2019	1.000.000	1.000	19.11.2019	1.000.000
8ª emissão - 2ª série	19.11.2019	700.000	970	19.11.2019	678.821
		1.700.000			1.678.821

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

<u>Ano de vencimento</u>	
2026	102.331
2027	242.282
2028	274.607
2029	278.368
Após 2029	665.831
	1.563.419

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 9ª emissão de debêntures

Em conformidade com as escrituras de emissão de debêntures, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionistas}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (Relação PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Emissora deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo\ Total = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Notas Explicativas

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e *EBITDA* Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “*EBITDA* Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- A partir de 2027: $\leq 3,00$
- 2028: $\leq 2,50$
- 2029: $\leq 2,00$
- 2030: $\leq 1,50$
- 2031: $\leq 1,00$

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 30 de junho de 2025.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado pois em 30 de junho de 2025 e 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$21.997 (R\$34.265 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$8.870 (R\$9.226 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenções que pode variar de 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados de acordo com o negociado com o prestador em cada contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	13.326	8.957	22.283	14.492	15.567	30.059
Remensurações	72	-	72	429	-	429
Adições	1.019	8.557	9.576	-	-	-
Utilizações (*)	(9.059)	-	(9.059)	(8.937)	-	(8.937)
Ajuste a valor presente - AVP	1.455	-	1.455	1.490	-	1.490
Transferências	5.137	(5.137)	-	6.938	(6.938)	-
	11.950	12.377	24.327	14.412	8.629	23.041

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$7.566 (R\$7.448 em 30 de junho de 2024).

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer apresentadas no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	3.624
2027	1.646
2028	1.851
2029	2.063
Após 2029	3.193
	12.377

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de junho de 2025 são respectivamente R\$149 e R\$688 para PIS e Cofins (R\$147 e R\$679, respectivamente, em 30 de junho de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 30 de junho de 2025 a taxa média é de 11,61% a.a (11,02% a.a. em 30 de junho de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 30 de junho de 2025 e 2024 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	30.06.2025	31.12.2024
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Litoral Sul S.A. (*)	12	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante	12	-
Total parte relacionada no ativo circulante	12	-
 <u>Passivo circulante</u>	 30.06.2025	 31.12.2024
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (*)	6.477	7.780
Litoral Sul S.A. (*)	1.872	2.322
ViaPaulista S.A. (*)	429	-
Passivos com partes relacionadas circulante	8.778	10.102
Total do passivo circulante	8.778	10.102

Notas Explicativas

<u>Contas de Resultado:</u> <u>Despesas gerais:</u>	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(1.125)	(6.052)	(4.660)	(8.457)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Litoral Sul S.A.	(44)	(3.078)	(3.250)	(5.855)
Total	(1.169)	(9.130)	(7.910)	(14.312)

(*) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. O valor no subitem “Outras partes relacionadas” está relacionado a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

No decorrer do período findo de 30 de junho de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$3.092 (R\$1.511 em 30 de junho de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$178 (R\$175 em 30 de junho de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$2.914 (R\$1.336 em 30 de junho de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual em até R\$805 sem encargos para o exercício de 2025 (R\$807 para o exercício de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$710 e R\$1.477.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

Notas Explicativas

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2025
Cíveis	1.259	3.332	(1.160)	(2.522)	29	938
Trabalhistas	1.471	4.512	(2.394)	(2.363)	17	1.243
Total	2.730	7.844	(3.554)	(4.885)	46	2.181

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2024
Cíveis	1.159	1.006	(316)	(803)	12	1.058
Trabalhistas	4.532	4.756	(2.374)	(3.106)	11	3.819
Regulatórios	4.470	229	(115)	-	-	4.584
Total	10.161	5.991	(2.805)	(3.909)	23	9.461

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Em razão da assinatura do TAC, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade reverteu os processos regulatórios administrativos prováveis que foram objetos da negociação do TAC Multas.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	30.06.2025	31.12.2024
Cíveis	5.335	5.167
Trabalhistas	676	1.030
Regulatórios	30.115	33.734
Fiscais	3.423	4.730
Total	39.549	44.661

Os depósitos judiciais no montante de R\$214 em 30 de junho de 2025 (R\$232 em 31 de dezembro de 2024) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado perda como possível ou remoto.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,21% a.a. em 30 de junho de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão que, o ciclo é de 4 anos.

c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	1.399	24.327	34.541	1.399	58.868
Adições/Reversões	-	3.144	8.737	-	11.881
Utilizações	-	(18.753)	-	-	(18.753)
Ajuste a valor presente	-	820	1.222	-	2.042
Transferências	-	10.666	(10.666)	-	-
Saldo em 30.06.2025	1.399	20.204	33.834	1.399	54.038

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	1.399	29.790	36.513	1.399	66.303
Adições/Reversões	-	7.579	10.727	-	18.306
Utilizações	-	(9.371)	-	-	(9.371)
Ajuste a valor presente	-	1.098	1.010	-	2.108
Transferências	-	12.970	(12.970)	-	-
Saldo em 30.06.2024	1.399	42.066	35.280	1.399	77.346

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$26.741 (R\$9.169 em 30 de junho de 2024).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$978.785, compostos por 747.759.759 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor R\$976.785. Conforme acordado em Assembleia Geral Extraordinária o saldo a integralizar de R\$2.000 tem prazo para integralização de 36 meses a contar da data de 7 de fevereiro de 2022. Em 30 de junho de 2025, o saldo a integralizar permanece sob decisão de integralização ou não pela Controladora da Sociedade.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	181.584	361.508	170.556	333.696
Receita de serviços de construção	42.780	84.840	46.533	90.074
Outras receitas	2.981	5.689	2.816	5.481
Receita bruta	227.345	452.037	219.905	429.251

Notas Explicativas

ISSQN	(9.080)	(18.076)	(8.528)	(16.685)
PIS	(1.197)	(2.383)	(1.127)	(2.204)
COFINS	(5.524)	(10.998)	(5.199)	(10.170)
Outras deduções	(427)	(587)	(71)	(166)
Receita líquida	211.117	419.993	204.980	400.026

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(8.325)	(16.780)	(8.650)	(16.751)
Serviços de terceiros	(6.070)	(12.267)	(7.050)	(14.748)
Conservação	(2.611)	(5.723)	(2.510)	(5.684)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(704)	(1.363)	(755)	(1.458)
Consumo	(1.284)	(2.556)	(816)	(1.829)
Transportes	(2.190)	(4.467)	(1.848)	(3.925)
Verba de fiscalização	(5.582)	(11.163)	(5.322)	(10.644)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(336)	(592)	-	-
Seguros / Garantias	(1.317)	(2.648)	(1.253)	(2.517)
Provisão de manutenção em rodovias	(7.557)	(11.881)	(6.268)	(18.306)
Custos de serviços da construção	(42.780)	(84.840)	(46.533)	(90.074)
Depreciação / Amortização	(71.793)	(142.768)	(69.133)	(136.485)
Outros	(461)	(911)	(267)	(617)
Total	(151.010)	(297.959)	(150.405)	(303.038)

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(5.997)	(10.749)	(4.595)	(8.297)
Serviços de terceiros	(704)	(1.241)	(624)	(1.196)
Manutenção de bens e conservação	(680)	(1.360)	(659)	(1.073)
Consumo	(335)	(669)	(313)	(652)
Transportes	147	323	(111)	(153)
Seguros/Garantias	(14)	(20)	(10)	(13)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.242)	(4.290)	(1.892)	(3.186)
Comunicação e marketing	(51)	(95)	(69)	(116)
Indenizações à terceiros	(15)	(23)	(14)	(30)
Publicações legais	(36)	(128)	(128)	(131)
Depreciação / Amortização	(358)	(727)	(202)	(385)
Provisão para perdas esperadas	(111)	(222)	(111)	(666)
Outros	(480)	(1.091)	(541)	(499)
Total	(9.876)	(20.292)	(9.269)	(16.397)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	3.803	5.764	2.708	4.144
Créditos fiscais	120	314	40	97
Outras receitas	6	6	-	-
Total	3.929	6.084	2.748	4.241

Notas Explicativas

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(39.991)	(100.874)	(40.826)	(95.853)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(1.682)	(3.497)	(1.821)	(3.598)
Outras despesas	(2.294)	(4.497)	(2.158)	(4.331)
Total	(43.967)	(108.868)	(44.805)	(103.782)

(*) Do total de juros de debêntures incorridos em 30 de junho de 2025 no valor de R\$102.441, o montante de R\$1.567 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento capitalizado (R\$98.816 e R\$2.963 em 30 de junho de 2024).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2025	30.06.2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	87.262	93.920
Total das adições de imobilizado (b)	6	-
Juros capitalizados - debêntures (a)	(1.567)	(2.963)
	85.701	90.957
Aquisição (adições)	(85.701)	(90.957)
Fornecedores	5.282	7.201
Obrigações fiscais	(236)	5.483
Contas a pagar - partes relacionadas	175	41
Cauções contratuais	(406)	(205)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(80.886)	(78.437)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(6)	-
Aquisições de itens do intangível	(80.880)	(78.437)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(80.886)	(78.437)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	4.815	12.520

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro (prejuízo) do período	12.226	2.014	3.459	(18.322)
Número de ações durante período	747.760	747.760	747.760	747.760
Lucro (prejuízo) por ação	0,0164	0,0027	0,0046	(0,0245)

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não existir durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Nível	Mensuração (*)	30.06.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>Ativo</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	15.794	15.794	25.136	25.136
Aplicações financeiras	N/A	2	12.090	12.090	5.911	5.911
Contas a receber clientes	N/A	2	42.794	42.794	39.592	39.592
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	12	12	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	15.714	15.714	19.303	19.303
Outros créditos	N/A	2	1.486	1.486	1.449	1.449
			87.890	87.890	91.391	91.391
	Nível	Mensuração (*)	30.06.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>Passivo</u>						
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	8.778	8.778	10.102	10.102
Debêntures (a)	N/A	2	1.746.558	1.616.916	1.789.594	1.601.406
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	30.867	30.867	43.491	43.491
Taxa de fiscalização	N/A	2	1.860	1.860	1.782	1.782
Outras contas a pagar	N/A	2	8.598	8.598	7.924	7.924
			1.796.661	1.667.019	1.852.893	1.664.705

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(a) Vide nota 12.

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas Explicativas

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis):

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(46.593)	(57.492)	(68.391)
Receita de aplicações financeiras	1.984	2.481	2.977
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(44.609)	(55.011)	(65.414)
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(126.156)	(142.273)	(158.389)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(126.156)	(142.273)	(158.389)
Juros a incorrer líquido	(170.765)	(197.284)	(223.803)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 27 de junho de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de junho de 2025, a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R\$41.074 (R\$36.457 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A, Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

No período findo em 30 de junho de 2025, o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R\$183.865 (R\$184.603 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	11,61%	24.327	29.976	2.953	12.402	3.872	2.571	8.178
Debêntures - CDI (b)	17,26%	356.571	431.166	93.332	93.620	244.214	-	-
Debêntures - IPCA (b)	11,67%	1.389.987	1.660.743	52.246	59.419	137.277	893.832	517.969
Fornecedores e cauções contratuais	-	30.867	30.867	30.375	492	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	8.778	8.778	8.778	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	8.598	8.598	8.598	-	-	-	-
		1.819.128	2.170.128	196.282	165.933	385.363	896.403	526.147

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valores brutos dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 30 de junho de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	257.018

(*) Por sinistro

Notas Explicativas

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2025 é de R\$90.470 (R\$45.226 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS Aos Administradores e Acionistas da Autopista Régis Bittencourt S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 26 de fevereiro de 2025. Os valores correspondentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 8 de agosto de 2024, sem modificações.

Campinas, 13 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Regis Bittencourt S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Regis Bittencourt S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia